

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/05/2014 - Edição 1039

# Teste do Itaquerão terá mil homens da Copa, escolta a rival e telões

O COL (Comitê Organizador Local) vai mobilizar em torno de mil funcionários para o evento-teste entre Corinthians e Figueirense, no Itaquerão, primeiro jogo oficial a ser realizado no estádio. O objetivo é testar pelo menos parte das 11 áreas de serviços utilizadas em um jogo para a Copa. Até uma escolta à delegação do Figueirense será usada na operação para repetir o Mundial.

O planejamento do jogo ainda está sendo detalhado entre o clube e o COL. Já se sabe que será impossível reproduzir todas as condições de uma partida Mundial. Afinal, os organizadores são diferentes e nem todas as estruturas temporárias necessárias estão prontas.

“O fato de ser um evento-teste não significa que o torcedor encontrará 100% dos serviços que serão oferecidos na Copa do Mundo da Fifa. E muito menos que os serviços deverão funcionar na mesma escala ou padrão da competição. Os testes são necessários exatamente para corrigir imperfeições e identificar potenciais problemas, de maneira que o serviço seja de excelência durante a competição”, ressaltou o COL.

Em relação à competição, o comitê vai atuar na preparação do gramado

(que vem sendo preservado pelo Corinthians desde o ano passado), protocolo, serviços médicos para as equipes e até um transporte para a delegação do Figueirense. O time catarinense será recepcionado desde o aeroporto e conduzido até a sua chegada dentro do estádio.

Para o tratamento do público, o COL vai insistir no respeito dos lugares marcados em pelo menos “alguns setores do estádio”. Também atuará na limpeza e gestão de resíduos, assim como no atendimento à imprensa. Para tudo isso, serão usados 200 voluntários.

A comunicação com o público também será verificada. O comitê entende que já poderá utilizar os três telões provisórios que estão sendo colocados nas esquinas do Itaquerão. Até quinta-feira, um deles já estava pronto e os outros, em montagem.

Outros 700 homens atuarão na segurança privada do evento, que é uma norma da Fifa. O policiamento externo, no entanto, assim como o controle das torcidas organizadas, continuará a cargo da polícia militar.

Entre as autoridades públicas, também há a certeza de que não será possível testar todas as questões de transportes, já que jogos da Série A têm condições diferentes da Copa-

2014. O perímetro em volta do estádio no Mundial, por exemplo, não deve se repetir no Itaquerão na partida do Corinthians.

Outras duas áreas que não devem ser testadas são energia e telefonia. No caso da energia elétrica, são necessárias fontes alternativas que fazem parte das instalações provisórias pedidas pela Fifa, ainda não concluídas. E o governo federal já explicou que ainda há problemas relacionados à rede de internet no estádio de abertura, que pode nunca apresentar as condições ideais mesmo no Mundial, segundo o Ministério das Telecomunicações.

### CNTV PARTICIPA DE EVENTO TESTE

A Confederação Nacional dos Vigilantes foi convidada pelo (COL Comitê Organizador Local) para assistir o jogo Internacional e Atlético PR, sábado, no Beira Rio. E a CNTV conhecedora da importância da participação dos dirigentes nestes eventos, fiscalizando os direitos dos vigilantes, convidou o Presidente Dias e a diretora Mariza, do Sindvigilantes do Sul, para acompanhá-lo.

Fonte Blog Bala na Cesta e CNTV

# Concorrências públicas do Amapá são manipuladas com suborno

Justiça bloqueou bens de 21 dos 24 deputados do estado.

Tem até compra de ração para cachorro nas despesas parlamentares.



Um imenso esquema de notas fiscais frias levou a Justiça a bloquear bens de 21 dos 24 deputados estaduais do Amapá. Tem até compra de ração para cachorro nas despesas parlamentares.

A reportagem especial começa mostrando flagrantes de corrupção, em dinheiro vivo. Quem registrou a entrega do dinheiro a um servidor público foi o próprio empresário que pretendia se dar bem.

“Estou indo agora, mais uma vez, entregar o dinheiro. Depois vocês vão ver a sequência desses capítulos”. Quem diz isso é o empresário Luciano Marba, dono de uma firma de vigilância que, desde 2010, presta serviço ao governo do Amapá. Ele está levando dinheiro para corromper um funcionário público da capital e faz questão de gravar tudo.

Dentro do carro, Luciano e um funcionário dele conversam com um assessor da Secretaria de Educação. O objetivo é garantir que a empresa da qual é dono continue prestando serviço de vigilância à secretaria.

O estado iria abrir uma licitação e a firma de Luciano poderia perder a disputa. A certa altura da conversa, Luciano dá o valor da propina: “Deixa só eu te falar aí: eu consegui

15”. Ele quer dizer R\$ 15 mil.

Depois, o funcionário dele entrega dois maços de dinheiro. Quem recebe é Bruno da Costa Nascimento, que, segundo o Ministério Público, era assessor da Secretaria de Educação na época em que o vídeo foi gravado.

Bruno garante que já está tudo acertado: “Nossa parte vai ser feita. Faça a sua, que a nossa vai ser feita”.

O valor do contrato passa de R\$ 40 milhões por ano. “É o maior contrato do estado em termos de tamanho, de prestação e em termos de volume financeiro também é o maior contrato”, diz Antonio Cléber dos Santos, procurador-geral do Amapá.

O vídeo foi gravado em fevereiro de 2013. Um ano antes, o empresário tinha gravado outra entrega de dinheiro.

Segundo o Ministério Público, Edilberto Pontes Silva, marido da então secretaria estadual de Educação, Miriam Alves Correa, recebeu R\$ 100 mil. “Isso é um crime com o objetivo de deixar que a empresa continue no contrato e para não permitir que o estado do Amapá faça licitação”, afirma o procurador-geral.

Com informações privilegiadas,

Luciano teria condições de barrar a licitação na Justiça para que a empresa dele continuasse sendo a única prestando o serviço de segurança para a secretaria.

Os vídeos foram descobertos durante a investigação do Ministério Público em uma operação de busca e apreensão na casa do empresário. Luciano confirma ter gravado os vídeos e se diz vítima de extorsão, praticada por funcionários públicos.

“Fui obrigado a pagar porque eles iam conseguir a falência da minha empresa. Você vira refém na mão dessas pessoas que têm mais poder que você”, diz ele.

O Fantástico foi até a casa a ex-secretária estadual de Educação, Miriam Alves Correia, e do marido dela, Edilberto Pontes Silva, mas eles não receberam nossa equipe nem retornaram as ligações.

Já Bruno da Costa Nascimento disse ao Fantástico que recebeu dinheiro de Luciano porque prestava serviço particular ao empresário: “Todo o dinheiro do Luciano Marba que eu recebia era pagamento dos meu honorários advocatícios que fazia consultoria particular, algumas audiências trabalhistas, sempre acompanhei isso. Por isso, recebi meus honorários particularmente, nada de governo”.

“Dizem que os criminosos são inteligentes, mas aqui e acolá a gente encontra um com baixa inteligência, mas que, pelo menos, ajudam o poder público a investigá-los e a provar contra eles, porque, raramente, se encontra um corruptor filmando a entrega do dinheiro”, afirma Afonso Guimarães, promotor do Ministério Público de Amapá.

Fonte: Fantástico

# Visando à Copa, PMs aumentam estoque de armas não letais

Foram compradas 226 mil granadas de gás e 263 mil balas de borracha. Polícias apostam em gás mais forte desde os jogos das Confederações.

A um mês da Copa do Mundo, levantamento exclusivo realizado pelo Exército a pedido do G1 mostra que, desde a Copa das Confederações, quando protestos violentos tomaram as ruas do país, as polícias militares reforçaram o estoque de armas não letais.

Entre junho de 2013 e abril deste ano, os órgãos de segurança pública compraram mais de 270 mil granadas e projéteis de gás lacrimogêneo e de pimenta e 263.088 cartuchos de balas de borracha de diversos tipos e modelos.

A munição química não letal adquirida seria suficiente para fazer mais de 819 lançamentos de granadas de gás e fazer 797 disparos de balas de borracha por dia no período.

O levantamento mostra um incremento nas aquisições pelos órgãos de segurança em 2014, principalmente devido ao temor de uma nova onda de manifestações durante a Copa do Mundo. Nos últimos 11 meses, foram comprados pelas PMs 113.655 granadas lacrimogêneo e 21.962 granadas de pimenta - 59% e 73%, respectivamente, adquiridos nos primeiros quatro meses deste ano.

Também foram comprados 134.731 cartuchos de gás de diversos calibres, que são jogados sobre multidões com lançadores de calibre 12, 38 e 40 para evitar que os policiais cheguem muito perto das pessoas. Os dardos podem cair no meio de massas a uma distância que pode variar entre cinco metros e 120 metros do atirador, em média.

## Estratégia diferente

Amazonas e Amapá foram os únicos estados que não pediram ao Exército autorização para a compra de armas não letais desde a Copa das Confederações. As secretarias de Segurança dos dois estados foram procurados pela reportagem do G1 para comentar o assunto, mas não se manifestaram.

Em 2013, uma série de atos levou milhares de pessoas às ruas do país, fazendo as polícias atuarem na contenção de casos de violências, vandalismo e depredações. Em alguns casos, houve denúncias de excesso ou mau uso de armas químicas, com pessoas passando mal, gás atingindo residências, confrontos e feridos por balas de borracha e de pimenta.

“No meio da multidão, o indivíduo se sente mais forte, se sente o super-homem, ele perde a noção da individualidade. O objetivo das armas não letais é tirar o indivíduo da coletividade, fazer ele ter medo”, explica o coronel Carlos Alberto de Camargo, ex-comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo.

## O que se compra

Os dados do Exército mostram que Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Bahia foram os estados que mais compraram armas não letais desde junho do ano passado.

Segundo o coronel Camargo, o material comprado pelos estados mostra como tropas de Choque devem atuar na “contenção de distúrbios civis, como as polícias chamam o controle de multidões.”

Desde a Copa das Confederações, a PM de São Paulo fez três compras de armas não letais e a da Bahia, outras três. Minas Gerais foi o estado com maior volume de aquisições. Em uma delas, feita em fevereiro deste ano, 95 mil granadas de diversos tipos e com cargas elevadas de lacrimogêneo e de pimenta foram encomendadas.

A corporação do Distrito Federal adquiriu, também em fevereiro, mais de 50 mil unidades de sprays lacrimogêneos (CS) pequenos (85 gramas) e grandes (450 gramas). As polícias dos demais estados, principalmente a do Rio, preferem os sprays de pimenta, que não é comprado por São Paulo. Em abril deste ano, a PM do Rio pediu autorização para compra de 4.800

## Armas não letais

Modelos usados pelas PMs nos protestos

### Bala de borracha



Cartuchos de calibre 12, de alta precisão, que podem ter apenas um ou múltiplos projéteis de elastômero dentro, redondos ou cilíndricos, com maior ou menor poder de intimidação

### Projéteis



De diversos modelos (calibres 12, 37/38mm, 37/40mm, 38.1mm e 40mm) levam cargas de gases para curtas, médias e longas distâncias

### Granadas

Branca



Efeito moral - som e gás

Vermelha



Lacrimogênea

Preta



Luz e som

Azul



Identificadora

Verde



Pimenta

### Lacrimogêneas



Com carga variada, podem 'andar' no terreno ou conter três pastilhas com alta concentração de gás, dificultando a devolução contra policiais

### De impacto



Além de gases pimenta ou lacrimogêneo, carregam no interior múltiplas esferas de borracha

### Sprays



Levam lacrimogêneo ou pimenta. Podem ser de maior concentração de gás, ou com jato em gel, espuma ou aerossol



PM do Rio usa spray de pimenta contra mulher em protesto em 2013 (Foto: Victor R. Caivano/AP)

deles, a maioria de novos modelos que passaram a ser produzidos a partir dos distúrbios da Copa das Confederações.

As novas armas pretendem facilitar o uso manual pelos policiais, com versões em gel, spray, aerossol e espuma e com altas concentrações de pimenta para espirrar a médias e curtas distâncias.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, fez três pedidos totalizando 12.700 sprays de pimenta, tanto em gel quanto em espuma. A Senasp não informou se vai doar os equipamentos para as corporações estaduais.

### Granadas de alta concentração

Os dados do Exército obtidos pelo G1 mostram que as polícias continuam comprando cartuchos de borracha de diversos modelos. Alguns deles têm apenas uma bala,

que pode ser amarela ou preta, chamada de “precision”. Outros cartuchos têm múltiplos projéteis esféricos de elastômero dentro, que podem atingir maior velocidade e ferir várias pessoas ao mesmo tempo.

A Senasp comprou 96 mil do modelo de cartucho. A PM do Piauí comprou 14 mil, a do Distrito Federal adquiriu 28 mil e a de Minas Gerais pediu 35 mil. São as três corporações que mais compraram o tipo de munição.

Em relação aos gases, Bahia, Minas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Ceará fizeram compras de mais de mil cartuchos para serem usados em lançadores. A PM paulista usa as granadas com alta concentração de lacrimogêneo, que carregam três pastilhas de gás e que se distribuem sobre o solo. A munição gera um intenso volume de fumaça e dificulta a devolução contra a tropa.

Entre junho e dezembro de 2013, a PM de São Paulo comprou 14.875 granadas dos dois modelos com carga tríplice de lacrimogêneo. Elas foram adquiridas para uso nos últimos 11 meses por unidades de segurança da Bahia, de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul, do Ceará, de Goiás, do Rio Grande do Norte, do Pará e de Minas Gerais – só a PM do estado comprou 10 mil unidades delas em abril – além da Polícia Rodoviária Federal, no DF.

Algumas polícias também adquiriram recentemente a munição

multi-impacto, que, além de gás lacrimogêneo ou pimenta, leva internamente múltiplas esferas de borracha, que se dispersam quando é atirada. As polícias de MG (mil unidades), Rio Grande do Norte (50), SP (120), Ceará (120), Pará (260), Rio de Janeiro (500) compraram o modelo unidades desde as Confederações.

### Munição de tinta

As PMs do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Maranhão pediram autorização para comprar munição de tinta não lavável (normalmente vermelha). A reportagem do G1 procurou as corporações para comentarem o uso de armas de tinta, multi-impacto e com múltiplas cargas de lacrimogêneo, mas não recebeu retorno.

Segundo o ex-comandante da PM paulista, a escolha de qual tipo de munição não letal usar depende das características, do treinamento de cada tropa e da situação.

“A grande variedade de intensidade nas cargas, dimensões e tipos ocorre porque cada um tem uma função específica, dependendo da ocasião. Vários condicionantes, como o vento, chuva, se o local é aberto ou fechado, a quantidade das pessoas e a disposição, a distância delas dos policiais, interferem na escolha de um ou de outro”, explica o coronel Camargo.

Fonte: G1

## Você concorda com a suspensão do Estatuto Municipal da Segurança Bancária de Fortaleza?

### ARIMÁ ROCHA

Advogado e mestre em Planejamento e Políticas Públicas

O acolhimento por parte do Tribunal de Justiça do Agravo de Instrumento interposto pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em face do Estatuto Municipal da Segurança Bancária de Fortaleza, suspendendo o Estatuto até a decisão de mérito no processo originário, está bem fundamentado nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Trata-se agora de acompanhar a ação originária, a qual discute o mérito do Estatuto, e pugnar para que a decisão final dê relevância aos princípios constitucionais que se colocam em sua totalidade em defesa da vida e da dignidade da pessoa humana, entre eles, o

direito à segurança. Pois, a Constituição é, contudo, uma totalidade, não um conjunto de enunciados que se possa ler palavra por palavra, em experiência de leitura bem comportada ou esteticamente ordenada.

### CARLOS EDUARDO B. MARQUES

Presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará

Não. A vida vale mais que o lucro dos bancos. O Sindicato dos Bancários do Ceará, a Câmara de Vereadores, a Procuradoria Geral do Município, a OAB/CE, os órgãos de defesa do consumidor, todos já se manifestaram contrários a essa medida, onde liminares do Judiciário se distanciam do interesse

da sociedade, em privilégio dos lucros dos bancos (R\$ 60,6 bi em 2013) e facilitando a vida dos criminosos. O Estatuto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores de Fortaleza, sancionado pelo executivo municipal sem nenhum veto, obrigando os bancos a investirem em segurança para proteção à vida. Essa suspensão é preocupante, pois percebemos, com o cumprimento da lei, que as ações criminosas contra bancos, especialmente em Fortaleza, reduziram significativamente. Essa medida é um convite para que esses crimes voltem aos absurdos patamares de antes. Defendemos a validade da lei porque é preciso colocar a vida das pessoas em primeiro lugar.

### **ANTÔNIO CARLOS**

**Deputado estadual (PT)**

Discordo da suspensão do Estatuto da Segurança Bancária de Fortaleza, do vereador Acrísio Sena. É um dispositivo legal importante contra algo que se tornou rotina: os ataques à bancos, que expõem funcionários e clientes a terrível instabilidade física e mental. Para se ter ideia, em 2013 ocorreram 130 ações contra bancos no Ceará. Este ano, já foram 30 (dados do Sindicato dos Bancários). Diante da situação, apresentei o Projeto de Indicação 37/14, na Assembleia Legislativa, contendo providências que os bancos devem tomar para aumentar a segurança. O documento é fruto de audiências que realizei, em Fortaleza e no interior, com instituições e usuários para propor medidas para todo o Estado. Nas viagens, ouvi do povo que é preciso mais segurança. Espero, portanto, que nosso projeto seja aprovado e que o Estatuto de Fortaleza volte a vigorar. Afinal, estamos tratando da segurança de pessoas!

### **ACRÍSIO SENA**

**Vereador e autor do Projeto do Estatuto de Segurança Bancária**

O Estatuto da Segurança Bancária é uma conquista do povo de Fortaleza. Fruto de quase um ano de debates com diversos segmentos sociais, inclusive a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), implantou a proibição do uso de celulares, obrigatoriedade de colocação de biombos, portas giratórias e vigilantes em postos de autoatendimento. Seus efeitos positivos são incontestáveis. Dados do Sindicato dos Bancários mostram que em 2014 não houve assaltos à banco na capital e as saidinhas bancárias foram reduzidas em 50%. Numa cidade com altos índices de violência, estas medidas são essenciais para resguardo da vida dos usuários e bancários. Ainda está em tempo de a Justiça reconsiderar a liminar, evitando colocar cidadãos em risco. Vale ressaltar ainda os lucros

bilionários dos bancos. O gasto com segurança seria o mínimo de contrapartida que estas instituições poderiam oferecer aos seus clientes.

### **LEVY SALES**

**Advogado, membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-CE**

Perigosamente, encontra-se suspenso em Fortaleza o Estatuto de Segurança Bancária, em virtude de decisão liminar emanada pelo TJ-CE que questiona a sua constitucionalidade. Paradoxalmente, apontando basicamente dois itens da lei, a decisão determina a suspensão da aplicabilidade de todos os 18 artigos ali contidos. Constata-se, sem maior dificuldade, que tal suspensão põe em cheque a própria autonomia do Poder Legislativo Municipal, que elaborou e aprovou uma poderosa lei de segurança, sem receber sequer um veto do Executivo, a qual foi capaz de reduzir em 50% o número de saidinhas bancárias na capital enquanto aplicável. Não só isso, referida suspensão é um convite público ao aumento da criminalidade dentro e fora das instituições financeiras, sendo prejudicados consumidores, funcionários e a sociedade como um todo, tudo para colocar o bolso dos bancos em primeiro lugar.

### **TIAGO BRAGA**

**Editor-adjunto do Núcleo de Cotidiano do O POVO**

O Estatuto Municipal da Segurança Bancária, que vigorava desde outubro de 2012, foi criado para inibir crimes como “saidinhas” bancárias e assaltos a banco. Suspender a lei é um retrocesso. A decisão do juiz pode até estar bem fundamentada, mas é preciso considerar a realidade da violência em Fortaleza. A proibição do uso de celulares no interior das agências e a instalação de biombos entre a fila de espera e os caixas foram medidas importantes na prevenção dos crimes. Sem os biombos, fica mais fácil para o assaltante identificar o cliente que sacou volume maior de dinheiro e avisar, pelo celular, ao cúmplice do lado de fora. Esse era o momento de intensificar a fiscalização - muitos estabelecimentos ainda desrespeitavam a lei - e não de suspender o estatuto. Há o risco dos casos de saidinha bancária voltarem a ser rotina em Fortaleza.

**Nota da Redação** O desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, que concedeu a liminar que barrou o Estatuto Municipal da Segurança Bancária de Fortaleza, foi convidado a participar da enquete. Porém, por meio de sua assessoria, se pronunciou que não iria participar.

**Fonte: O Povo**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Apoio: Jacqueline Barbosa

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF